

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR: UM OLHAR PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO

Edilson Alcantara Primo¹

RESUMO

O presente artigo, parte da seguinte questão norteadora: como o preconceito de gênero se manifesta na realização do trabalho pedagógico no contexto escolar? Visando responder a esse questionamento objetivo de modo geral; Discutir sobre a identidade de gênero na realização do trabalho pedagógico no contexto escolar. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica. No que diz respeito a organização: A introdução trás uma contextualização do nosso objeto de estudo, e também aborda os objetivos do trabalho. A metodologia aponta os caminhos trilhados. E no que se refere aos resultados e discussão, elencamos a seguinte categoria de análise: *Trabalho pedagógico: limites e possibilidades para a (des)construção da identidade de gênero*. E a título de considerações, no que tange as questões de gênero, o trabalho pedagógico deve ser pensado e executado, para atender as especificidades dos sujeitos. Não é o indivíduo que deve se adequar a escola, e sim, a escola adequa-se aos sujeitos. Percebendo-os como seres subjetivos quanto a sua forma de ser e pensar.

Palavras-chave: identidade de gênero, escola, trabalho pedagógico.

INTRODUÇÃO

A educação não é um que fazer neutro, esta é um campo permeado de ideologias. Ideologias essas que trazem consigo percepções distintas de interação entre o homem e o meio social. Por isso, que numa visão crítica de compreendermos a educação se faz necessário que compreendamos principalmente a concepção de homem que a sociedade almeja formar. Nenhum indivíduo nasce homem, o mesmo se constitui como tal a partir das relações que mantêm como o meio onde vive, logo, a condição do homem como ser humano não é uma construção natural, mais sim social. Entender o homem como um ser que constrói e que também é construído pela história, é fundamental para a compreensão de como a cultura da (in)diferença é disseminada no contexto escolar.

A escola é um espaço de manifestações diversas em termos de pensar e agir. Nesse sentido, essa instituição influencia diretamente na construção da identidade social, cultural e política do indivíduo. Professores, alunos, gestores e toda comunidade escolar têm formas

¹ Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Ceará-UFC; edilsonaprimo@gmail.com

distintas de compreender o mundo, a educação não se faz dentro da neutralidade, as ações realizadas dentro do contexto escolar são sempre permeadas pelas diversidades de concepções dos sujeitos inseridos no processo educativo.

Lidar com essas diversidades no meio escolar, não é uma tarefa fácil, visto que, vivemos numa sociedade emoldurada por padrões sociais, culturais e estéticos. E quem não se adequa a esses padrões, tendem a sofrer ações explícitas de exclusão.

Um das primeiras formas de padrões que experienciamos, é de como nos comportarmos de acordo com o nosso gênero. A sociedade nos impõe isso de diversas formas, basta vermos que existem brinquedos, brincadeiras, vestimentas, e cores específicas para meninos e meninas.

É no convívio social que cada indivíduo cria a sua identidade de gênero, é através das relações cotidianas que são definidos os papéis sociais assumidos pelo gênero masculino e feminino. Como a sociedade é dinâmica, tais valores são constantemente questionados, construídos e reconstruídos para satisfazer as demandas do momento histórico vigente.

Os debates acerca da temática “Gênero” na escola têm um histórico de lutas de diversos grupos sociais e políticos. Vários esforços estão se materializando em pesquisas acadêmicas, ações educativas e documentos oficiais. É inegável a relevância dessas discussões no campo teórico, no entanto, além das leis e estudos sobre o referido tema, é salutar a realização de um trabalho voltado para uma transformação de mentalidades. Mentalidades essas que entendem gênero como uma condição biológica do sujeito. Com práticas que negligenciam a dimensão histórica e social da construção do conceito de homem e mulher, e (re)produzem preconceitos, discriminação, marginalização e exclusão. Mentalidades e práticas construídas historicamente, influenciadas pela política, pela economia, pela religião, entre outros determinantes.

Nesse sentido, é preciso uma reinsignificação de pensamento acerca da reconstrução dos conceitos que nos são impostos como verdades absolutas. A discussão de gênero no ambiente escolar é tema urgente e necessário para que criemos uma sociedade mais justa em termos de expressividade de cada indivíduo. É preciso ações pedagógicas que caminhem na perspectiva de nos libertar da ditadura ideológica de dominação que nos é inculcado nos diversos ambientes que convivemos ao longo da nossa vida, essa inculcação se dar de formas distintas e na maioria das vezes camufladas. No entanto, podem ser percebidas de forma visível no nosso cotidiano. Basta vermos a diferença latente que existe em nossa sociedade quanto ao trato com homens e mulheres no mercado de trabalho. Mesmo, com todos os

esforços em prol da igualdade de gênero, ainda vivemos no contexto social em que mulheres que ocupam os mesmos cargos que os homens, não recebem a mesma valorização profissional, principalmente no que diz respeito à questão financeira.

Nesse sentido, as manifestações de preconceito de gênero disseminadas na realização de trabalho pedagógico no contexto escolar, é o objeto da nossa investigação. É possível definir preconceito como sendo uma atitude hostil ou negativa para com determinado grupo, baseado em generalizações deformadas ou incompletas. É uma idealização antecipada, uma opinião formada antes de ser estabelecido um conhecimento adequado. Toda e qualquer forma de preconceito causa danos do ponto de vista psicológico e/ou social na vida do sujeito.

O interesse em pesquisar o objeto de estudo mencionado, tem como justificativa a minha vivência como docente e gestor educacional. Nas experiências cotidianas no contexto escolar presencio constantemente manifestações preconceituosas, as quais se apresentam de diversas formas. A forma como a escola lida com essas questões, precisamos de ações que corroborem com a construção de uma sociedade mais empática.

Partindo desse pressuposto, o nosso trabalho parte da seguinte questão norteadora: como o preconceito de gênero se manifesta na realização do trabalho pedagógico no contexto escolar? A concepção atual de escola presente na nossa sociedade, é a de uma instituição que tem como princípios promover a igualdade. Sendo assim, esta se configura como um espaço da diversidade, não existe mais um modelo padronizado de alunos/as, e sim vários sujeitos com suas diferenças étnicas, raciais, de orientação sexual, de identidades e de gêneros diferentes. Nesse viés, se faz necessário que a escola realize um trabalho pedagógico voltado para a reinsignificação de valores e crenças. Como aportes teóricos as nossas análises se fundamentam nos estudos de Botton e Strey (2012), Silva (2013), Candau (2002). Partindo da contextualização do nosso objeto de estudo segue os objetivos da nossa investigação: objetivo geral; Discutir sobre a identidade de gênero na realização do trabalho pedagógico no contexto escolar, seguido dos seguintes objetivos específicos: dialogar com especialista que discute teoricamente o referido assunto; compreender os elementos históricos e culturais inerentes à questão de gênero no âmbito escolar.

METODOLOGIA

Doravante, apresentamos o caminho metodológico percorrido na realização do presente trabalho. Diante disso entendemos que, numa perspectiva humana de fazer pesquisa, o pesquisador objetiva contribuir mesmo que de forma mínima na solução do problema posto.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Partindo desse pressuposto, acreditamos que um investigador social deve pautar-se em concepções que o auxiliem a ir além da realidade aparente, pois a realidade que muitas vezes nos é mostrada não condiz com a essência real do objeto investigado. Essa compreensão da realidade requer do pesquisador um olhar criterioso para com as escolhas metodológicas. No que diz respeito a essas escolhas, defendemos que a primeira a se pensar está relacionada ao tipo de abordagem que irá nortear todo o processo do trabalho. Assim, optamos por uma concepção que não tem como preocupação central os dados meramente quantitativos, a mesma vai além do que pode ser quantificável, ou seja, busca compreender o que está implícito na subjetividade dos sujeitos e da realidade investigada. Estamos falando da abordagem qualitativa, que segundo Minayo, Deslandes e Gomes (1994, p. 21-22):

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A abordagem qualitativa trabalha com várias modalidades de pesquisa. Dentre elas a bibliográfica, que, conforme Gil (2009, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Foi essa modalidade que deu subsídio para as análises feitas neste artigo. Neste sentido, o nosso trabalho, trata-se de um estudo bibliográfico. Em que tecemos diálogos com autores que tratam da referida temática. Diálogos esses, que serviram de bases para categorias de análises e discussões teóricas.

Todo o caminho investigativo foi norteado pelo o método dialético, a escolha deste se justifica pela a visão de mundo que ele proporciona. Entender a realidade de forma dialética, é ir além da aparência, pois o real nem sempre se apresenta na sua concretude. Se tratando de um sistema de dominação e exploração como o capitalista, o conhecimento que é mediado vem carregado de uma bagagem ideológica que tende a maquiagem a realidade. Essa realidade maquiada é fundamental para a manutenção do sistema vigente. “No método dialético as coisas não são examinadas como objetos fixos, e sim em constante movimento. Nada está completamente acabado, mas vai se transformando ao longo do processo. Essa é a característica fundamental deste método, movimento” (NUNES, 2015, p. 21). Pensar numa perspectiva dialética é entender e analisar o meio social como algo passível de mudança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalho Pedagógico: limites e possibilidades para a (des)construção da identidade de gênero

Em qualquer discussão sobre as relações de gênero, é preciso que fique claro que o conceito de homem e mulher é uma construção social e histórica. O sujeito não nasce homem e nem tão pouco mulher, nos identificamos como homem ou mulher, por que tal conceito nos é mediado muito antes do nosso nascimento, e perpetuado ao longo da nossa convivência nomeio cultural o qual estamos inseridos.

Estudar gênero nos fenômenos sociais implica, primeiramente, entendê-lo como um processo constante, sempre acontecendo e em transformação e que começa, se tentarmos situá-lo, no momento da descoberta do sexo do bebê. A partir dessa definição, que, na atualidade, pode ocorrer, ainda no ventre materno, começamos a transformar um corpo sexuado em um menino ou uma menina que, futuramente, será um homem ou uma mulher. E essa é uma definição crucial e que terá consequências para o resto da vida, independentemente de como esse sujeito irá reagir, futuramente, frente a essa definição (BOTTON; STREY, 2012, p.23).

Comungamos desse mesmo pensamento, e entendemos que há na nossa sociedade toda uma preocupação social, econômica, cultural e religiosa voltada para o emolduramento dos sujeitos dentro de padrões estabelecidos quanto à forma de nos comportar. Esse comportamento começa com o disciplinado do corpo.

[...] vemos que o corpo é uma superfície que sofre as ações das relações de poder e de suas tecnologias específicas. Como dimensão material, o corpo preexiste ao sujeito, sendo o caminho necessário para os processos subjetivantes que formariam um “ser” produto e prisioneiro do próprio corpo (MOTTA, 2013, p.128).

O nosso corpo não está relacionado somente aos aspectos físicos, corpo é expressão, subjetividade. Por meio dele, externalizamos as nossas emoções. O corpo possibilita a construção da nossa identidade, quando há um disciplinamento do mesmo, pautada em padrões preestabelecidos. Temos como consequência a formação de indivíduos passivos diante da realidade que lhes é apresentada. E é justamente nessa perspectiva que somos “educados” desde cedo, tudo a nossa volta conspira para a nossa adequação aos modelos sociais existentes.

No tocante ao espaço educacional, os "papéis" continuam a se reproduzir, principalmente nos acontecimentos "lúdicos" de dança, teatro, esportes e outras manifestações que ocorrem na Instituição Escola. As "territorialidades" são exemplificadas através de atividades para "meninos" e "meninas" como regras sociais, com códigos e significados que indicam "feminilidade" e "masculinidade" – no sentido estrito –, de "normalidade", de funções sociais previamente determinadas e categoricamente indiscutíveis, logo, culturalmente impostas. Se uma menina se inscreve no time de futebol ou um menino no grupo de dança a "normalidade" é vista de forma pejorativa, "instintivamente" preconceituosa, ferindo de maneira ampla a "feminilidade" e a "masculinidade" indicada como regra e a partir desse juízo de valor – e de outros –, criam-se estigmas, fofocas, rótulos, dúvidas, depreciações e julgamentos sem precedentes (SILVA, 2013, p.14).

A escola é instituição social, e como tal, possuem funções para além do desenvolvimento cognitivo. É dever da escola desenvolver no aluno conhecimentos que o prepare para viver e atuar na sociedade. Atuação essa, relacionada principalmente a questão do respeito para com as diferenças de seus pares.

[...] a cultura escolar está impregnada pela perspectiva do comum, do aluno padrão, do "aqui todos são iguais". No entanto, as escolas estão cada vez mais desafiadas a enfrentar os problemas decorrentes das diferenças e da pluralidade cultural, étnica, social, religiosa etc., dos seus sujeitos e atores (CANDAUI, 2012, p.14).

Nesse sentido, é preciso que a escola se reinvente quanto as suas estratégias didáticas e políticas. Não tem como lidamos com os alunos dentro de uma concepção homogênea de ser humano, somos seres únicos. Cada sujeito tem suas especificidades, cabe a escola adequar suas práticas as particularidades do indivíduo. É preciso concepções de educação que caminhe de encontro às diversas formas de preconceitos que são disseminadas no contexto escolar.

O "papel social" do professor e da professora é discorrer sobre o preconceito, falar abertamente, sem medos. Falar com sutileza, sem ofender os que cometem o crime da intolerância. Com afetividade e boa argumentação conseguimos barrar não apenas o preconceito, como também, fazemos as pessoas que cometem hostilidades perceberem o quanto são ingênuas ou ideologicamente conduzidas ao reproduzir o que a própria sociedade reproduz e a partir daí sensibilizar o alunado ao caminho da tolerância e do respeito mútuo(SILVA, 2013, p.16-17).

É do nosso conhecimento, que o trabalho pedagógico é um ato impregnado de ideologias, uma infinidade de concepções dos diversos atores permeiam o ato de aprender e ensinar. Nesse sentido, o processo educativo se configura como uma ação em que idéias e pensamentos se apresenta hora de forma explicita, hora de forma camuflada. Somos seres

subjetivos, nesse sentido não tem como nos portar com neutralidade nas experiências do nosso cotidiano. No entanto, independente da visão de mundo que o educador tenha, este deve sempre desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a construção de sujeitos livres dos padrões impostos pela sociedade. Temos o direito de escolhermos o que queremos ser. O sujeito livre em termos de expressão, sem dúvida será um agente ativo na conquista de uma sociedade de fato democrática.

É na instituição escolar, que a educação se apresenta como algo formal, que requer intencionalidade e planejamento, aspectos substanciais para que esta desenvolva os sujeitos partícipes do ato de educar na sua integralidade humana, física, cognitiva, social, cultural e política. Para tanto, é preciso que o trabalho pedagógico realizado no ambiente escolar seja munido de bases teóricas e metodológicas pautadas numa concepção crítica de educação. Nesse sentido, é preciso que o percurso trilhado caminhe ao encontro da superação de práticas pedagógicas que buscam adequar o sujeito a sociedade sem levar em consideração suas especificidades.

Entendemos que o trabalho pedagógico se realiza a partir de condições concretas presentes nos estabelecimentos educacionais, assim como, reflete as múltiplas relações de trabalho, e poder com todos que compõem a comunidade escolar. Tais relações encontram-se permeadas por componentes econômicos, políticos, sociais e culturais, além do diálogo entre as distintas subjetividades (SOUZA, 2018, p. 72).

O fazer pedagógico é resultados de diversos condicionantes, o mesmo é impregnado de pensamentos que pregam a dominação e subordinação. Para tanto, é salutar que os indivíduos sejam submetidos a mecanismos de controle. Para que assim a “ordem” social seja mantida. A escola aos moldes como é desenvolvida nos dias atuais, salvo as excessões “tem forte papel de controle e normalização dos sujeitos”(WITTMANN, 2016, p. 66). Controle esse, que por meio do disciplinar de corpos e mentes, forma seres para serem enquadrados nos valores que a sociedade atual defende.

É na escola que começam as primeiras socializações das crianças, mas é lá, também, que são submetidas às primeiras regras a respeito de si e do mundo. Entre essas regras, aparecem aquelas relacionadas ao gênero e ao comportamento: é nesse momento que o que é diferente é rechaçado. (WITTMANN, 2016, p. 66-67)

Sobre esse assunto, Ávila(2014, p. 114) enfatiza que:

Práticas escolares como uniformes diferentes para meninas e meninos, divisão entre meninos e meninas nas filas, banheiros masculinos e femininos, etc., ainda se fazem presentes em muitas escolas e ensinam de modo nem tão explícito, o que é ser “normal”, e como você tem de ser ou se comportar para ser aceito/ socialmente.

A escola não é um espaço somente de transmissão de conteúdos, ela é também uma instituição com função social. E como tal, deve promover práticas que possibilite a construção das diferentes identidades do sujeito. No que diz respeito a identidade de gênero, se faz necessário a compreensão de que o trabalho pedagógico realizado no ambiente escolar, deve caminhar ao encontro de práticas que desenvolva em todos os envolvidos no processo educativo a consciência de que somos seres subjetivos. E que é na relação com o diferente, que nós nos constituímos como seres únicos. Partindo desse pressuposto, é nitida a relevância que a escola assume perante a formação dos sujeitos. Para tanto, é salutar que o trabalho educativo seja pensado para atender as especificidades dos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar. No entanto, a escola vem se mostrando como uma “instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia de êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos (as)” (JUNQUEIRA, 2013, p. 483). Essa reprodução de dominação nas práticas escolares, a nosso ver tem como causas diversos fatores de cunho político, cultural, social, econômico.

Aliado a esses fatores, temos também os de cunho políticos educacionais. É preciso que tenhamos políticas públicas efetivas, que possibilitem a desconstrução de pensamentos de exclusão dentro e fora dos espaços escolares. No que diz respeito à escola, a mudança de mentalidade de educadores, gestores, pais alunos e funcionários, é substancial para que caminhemos num viés de educação inclusiva. Para tanto, não basta apenas ter a vontade de fazer, é preciso saber como. Nesse sentido, políticas principalmente de formação dos professores se configuram como uma das principais necessidades para que o trabalho pedagógico aconteça de forma significativa para todos os envolvidos no ato de educar. É urgente e necessário, que a escola adote uma concepção crítica de pensar e desenvolver a educação. Em que as diferenças não sejam apenas toleradas, mas sim respeitadas, (des)construídas.

Na minha visão, as demandas sociais são de reconhecimento da diferença, mas o filtro político as traduz na linguagem da tolerância da diversidade. Tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceita-

la. Em termos teóricos, diversidade é uma noção derivada de uma concepção muito problemática, estática, da cultura. É uma concepção de cultura muito fraca, na qual se pensa: há pessoas que destoam de uma média e devemos tolerá-las, mas cada um se mantém no seu quadrado e a cultura dominante permanece intocada por esse Outro. Na escola, seria como se dissessemos: estaremos na mesma sala, mas você não interfere na minha vida e eu não interfiro na sua e não interferiremos na de fulano. Além de ser impossível ocupar o mesmo espaço sem se relacionar e interferir, a retórica da diversidade parece buscar manter intocada a cultura dominante, criando apenas condições de tolerância para os diferentes, os estranhos, os outros (MISKOLCI, 2012, p.48).

É inegável o papel de reprodução da educação do pensamento dominante, no entanto, é inegável também a função de transformação do ato de educar. A educação é um processo, e como tal, não deve ser percebida como sendo algo imediatista. Como educadores, é preciso que busquemos a cada dia ações que modifiquem o Statu quo social. Não seremos capazes de mudar o mundo só por meio da educação, porém, sem ela as mudanças de pensamentos e ações na realidade vigente dificilmente acontecerão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações, percebemos que o conceitos de homem e mulher é uma construção social e cultural. Ser homem ou mulher, não é uma condição natural do sujeito, mais sim uma identidade construída. Essa construção acontece bema antes da nossa interação direta com o meio. Visto que, antes mesmo no nosso nascimento, já existe todo um amparato quanto às cores, vestimentas e brinquedos a nossa espera. Nesse sentido, desde muito cedo somos submtidos a condições de disciplinação dos nossos corpos quanto ao comportamento que devemos ter como homem e/ou mulher.

Nós temos diversas formas de nos expressar, o corpo é peça fundamental no que diz respeito as escpressões. É por meio do nosso corpo que externalizamos nossos medos, anseios, emoções. Em suma, o corpo fala, e não só isso o corpo também nos possibilita a nossa descoberta física, humana, socila, cultural. Ou seja, a forma como percebemos e lindamos com o nosso corpo, interfere diretamente na consturção da nossa identidade. Por isso, essa busca da sociedade em emoldurar os corpos de acordo com seus ineteresses. Vivemos rodeados de padrões. Há padrões de tipo de cabelo, cor de pele, aspecto físico, vestimentas, calçados. O não adequamento a esses modelos, é condição para exclusão.

E a escola, como instituição não autnoma perante a sociedade, visto que educação sofre inteferência dos condicionantes sociais. Quando realiza um trabalho pedagógico

pautando em concepções tradicionais e conservadoras, fortalece e reforça a adequação e normatização dos sujeitos aos modelos e padrões culturais existentes.

No que tange as questões de gênero, o trabalho pedagógico deve ser pensado e executado, para atender as especificidades dos sujeitos. Não é o indivíduo que deve se adequar a escola, e sim, a escola adequa-se aos sujeitos. Percebendo-os como seres subjetivos quanto a sua forma de ser e pensar. É preciso que o fazer pedagógico, caminhem ao encontro de práticas que (des)construa os padrões culturais e sociais de comportamento dominantes. A atual conjuntura do nosso país, requer ações urgentes que desperte o senso crítico e político. É preciso que sejamos ativos e atuantes, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como a escola, é parte de uma engrenagem social bem mais complexa. É preciso que políticas públicas sejam postas em prática para que educadores e educandos possam caminhar na perspectiva de uma educação para além da tolerância às diferenças.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Plural, 2014.

BOTTON, A.; STREY, M. N. As influências do gênero na infância: como produzimos meninos ou meninas. In: STREY, M. N. et al. **Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

CANDAU, Vera M. Construir ecossistemas educativos, reinventar a escola. In: _____ (Org.). **Reinventar a escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 11-16.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, v.7, n. 13, Brasília, p. 481- 498, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu Cruz. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOTTA, Flávia Miller Naethe. **De crianças a alunos: a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2013.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima. **Especialização em EaD Monografia I**. Fortaleza: AB/UECE, 2015.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista NUFEN**, v. 5, n.1, p. 12-25, 2013.

SOUZA, Cicera Cosmo. **A Lei nº1 1.274/2006 e o Trabalho Pedagógico com criança de seis anos no Ensino Fundamental na cidade de Farias Brito-CE**. 2018. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 2018.

WITTMANN, Isabel. **Corpo, gênero e identidade: experiências transgênero na cidade de Manaus**. 2016. 153f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2018.